

O EMPREENDEDOR POLÍTICO METROPOLITANO: Uma comparação Weberiana entre Parnamirim e São Gonçalo do Amarante¹

THE METROPOLITAN POLITICAL ENTREPRENEUR: A Weberian comparison between the municipalities of Parnamirim and São Gonçalo do Amarante

Alan Daniel Freire de Lacerda²

UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-6492-522X>

DOI: [10.21680/1982-1662.2025v8n42ID37017](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2025v8n42ID37017)

Resumo

O texto realiza uma comparação entre os líderes políticos Agnelo Alves e Jaime Calado, a partir de sua ascensão ao poder nos municípios metropolitanos de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, respectivamente. O estudo abarca particularmente eventos eleitorais compreendidos entre 1992 e 2016 nas duas municipalidades. Para entender os efeitos da liderança de ambos, o artigo recupera a reflexão de Max Weber sobre o empreendimento econômico moderno. Em termos metodológicos, a pesquisa aprofunda a analogia sugerida por Weber entre a liderança econômica e o empreendimento político eleitoral, realizando um estudo de dados

¹ Agradeço a Alex Cardoso, Lindijane Almeida e Sandra Gomes pelos comentários a uma versão incompleta deste trabalho. Sou grato a João Arthur, Tiago Rebolo, Lucas Rodrigues, Delmira Santiago, Valério Santiago, Daniel Menezes, Thiago Lima, Jaylan Ferreira, Bruno de Oliveira e Paulo Cavalcanti pelas informações dadas à pesquisa que resultou neste artigo. Sem esse corpo de informação não teria sido possível para mim concluir o trabalho. A pesquisa teve como origem financiamento disposto em Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por fim, agradeço ao Kellogg Institute (Universidade de Notre Dame), em cuja estrutura pude concluir o artigo, e a Scott Mainwaring, que patrocinou minha estadia no instituto.

² E-mail: lacerda75@msn.com

eleitorais municipais e da carreira política de Alves e Calado. O trabalho propõe o conceito de empreendedor político metropolitano, uma persona teórica que apreende a importância política crescente da metropolização e age em torno dela. O conceito é pensado como um tipo ideal que auxilia a análise causal dos personagens políticos concretos em meio a laços familiares e apoios estaduais. A análise da trajetória dos dois políticos mencionados revela pontos em comum e efeitos transformadores da sua atuação no perfil da competição eleitoral dos dois municípios, que compõem a Grande Natal. Elites tradicionais são amplamente desarticuladas em ambos os casos.

Palavras-chave: Metr pole. Weber. Natal. Liderança.

Abstract

This text compares Agnelo Alves e Jaime Calado as political leaders, taking into account their rise to power in the municipalities of Parnamirim and São Gonçalo do Amarante, respectively, in Rio Grande do Norte, Brazil. The study focus specifically on electoral events that took place between 1992 and 2016. In order to understand the effects of the leadership of both men, the article draws on the reflections of Max Weber about the modern economic enterprise. Methodologically, my research develops the analogy suggested by Weber between economic initiative and the electoral political enterprise by analyzing electoral municipal data and the political careers of Alves and Calado. The work proposes the concept of a metropolitan political entrepreneur, a theoretical persona who apprehends the increasing importance of metropolization and acts on it. The concept is thought out as an ideal type which aids causal analysis concerning the concrete political actors amidst family ties and state elites' support. My analysis of the career of the two politicians reveals several points in common and transformative effects of their operation in the patterns of electoral competition in the two municipalities, which are part of the Greater Natal. Specifically, traditional elites were decisively weakened in both cases.

Keywords: Women. Family. Care. Social protection. Social assistance policy.

Introdução

O estudo da política em Regiões Metropolitanas (RMs) no Brasil tem como foco clássico questões de governança e de coordenação. Como municípios são constitucionalmente definidos enquanto entes federados, a cooperação ou falta de cooperação entre suas elites políticas assume papel dominante na interrogação dos especialistas. O amparo jurídico das regiões é menor em termos do direito administrativo e constitucional, para não falar da ausência de tributação especificamente dirigida a elas. O arranjo adotado pela Constituição de 1988, que passou para os estados a prerrogativa de decidir sobre a criação das regiões, emprestou maior complexidade a essas questões. As metrópoles brasileiras, assim como suas congêneres em vários países, têm existência jurídica mais precária e as cidades que as compõem, embora com autonomia administrativa, podem adotar políticas formalmente desconectadas da “cidade real”. A expansão das regiões metropolitanas por decisão dos executivos e legislativos estaduais também tende a incluir nas RMs, por razões políticas, municípios que não são metropolitanos de fato³.

Mais recentemente, a dimensão eleitoral do fenômeno metropolitano também tem sido objeto de análise. O reconhecimento de que as eleições proporcionais podem ter impacto no sucesso ou insucesso da governança intrametropolitana conduz a investigação a pesquisa em que medida os eleitores dessas regiões se encontram representados nas assembleias legislativas e na câmara federal a partir da distribuição espacial dos votos dos candidatos (Carvalho, 2009, 2012). O mapeamento do voto metropolitano, com vistas a descortinar se os parlamentares cuja votação é mais intensamente metropolitana possuem uma atuação parlamentar distinta, também é outra área de interesse (Andrade, 2015).

Este artigo inaugura um terceiro enfoque, que se alimenta dos dois outros esboçados acima. O texto indaga como atores políticos respondem, sobretudo eleitoralmente, à formação do fenômeno metropolitano. O ingresso de um município

³ Para uma pequena amostra de trabalhos na extensa bibliografia a respeito, Cf. Garson (2009), Andrade e Clementino (2007), Clementino e Almeida (2015), Azevedo e Mares Guia (2007), Lacerda (2011), Feiock (2004).

em uma região metropolitana altera o perfil de sua competição eleitoral através da emergência de líderes políticos que se ajustam à metropolização? Neste texto procurarei especificar um modo de mudança possível a partir dos exemplos de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, dois municípios do Rio Grande do Norte (RN). Eles são igualmente os mais populosos (à parte o polo, é claro) da Região Metropolitana de Natal (RMN). Em vez de eleições de deputado, o foco aqui reside nas disputas de prefeito, tendo em mente a emergência nelas de dois líderes políticos, Agnelo Alves e Jaime Calado.

Vários desenhos de pesquisa podem ser adotados para avaliar como políticos percebem o fenômeno metropolitano. Uma conjectura plausível é que a maior complexidade urbana e o surgimento de novas questões para a cidade gera incentivos para o lançamento de número maior de candidatos. Os partidos e líderes locais perceberiam nas novas demandas do eleitorado um indutor para competir pelas vagas de representante desse eleitor mais exigente. Pertinente seria então averiguar se a competitividade aumenta ao longo do tempo nos pleitos de prefeito e vereador a partir da progressiva metropolização do município.

O caminho seguido aqui é mais qualitativo. Procuo primeiramente definir o conceito de empreendedor político metropolitano, baseado em observações teóricas do pensador alemão Max Weber. Caracteristicamente, Weber usa na política termos com significado econômico e minha expectativa é que esse tipo de raciocínio comparativo pode ser frutífero para pensar a emergência de líderes. Nesse caso, o que interessa é indagar se esse personagem conceitual, o empreendedor político metropolitano, auxilia no entendimento da alteração do padrão da competição eleitoral. Por fim, faço uma aplicação inicial desses apontamentos aos dois municípios potiguares supracitados, sugerindo que houve neles a ascensão de personagens concretos que se aproximam da persona teórica definida no texto.

O objetivo final é ter uma ideia mais clara sobre o fenômeno da formação de lideranças em contexto metropolitano. Nesse contexto, processos políticos prévios a uma eleição na qual o empreendedor político é vitorioso têm relevância substantiva para a dinâmica eleitoral posterior. Sugiro no texto uma maneira de detectar onde

está essa relevância, a partir de uma fundamentação teórica que busca analisar o papel exercido pelos vitoriosos nesses pleitos.

Construindo a noção de empreendedor político metropolitano

Em sua obra magna, Max Weber define empreendimento (*Betrieb*)⁴ como “uma atividade racional contínua de um tipo específico”, sendo que uma associação com uma equipe cuja operação é racional e contínua recebe o nome de “organização formal”. A autoridade de uma organização assim constituída pode incidir sobre membros que se voluntariam para pertencer a ela, formando então uma associação voluntária (*Verein*). Pode outrossim ser imposta, “dentro de uma esfera especificável de operações”, sobre um conjunto de ações, consistindo nesse caso em associação compulsória (*Anstalt*) (Weber, 2013b, p. 52).

Neste texto, trataremos de associação racional voluntária voltada ao sucesso eleitoral em certas condições, operando sob um líder que denominarei de empreendedor político metropolitano. Entretanto, antes de tratar do que há de especificamente metropolitano no termo, importa definir o caráter do empreendedor político.

Não existe nos textos de Weber o conceito preciso de empreendedor político, com o qual trabalho no artigo. O conceito precisa ser construído a partir do seu *magnus opus*, *Economia e Sociedade*, como comecei acima, bem como de alguns textos explicitamente políticos, expressivos das típicas preocupações do autor com relação à política moderna de massas e à situação alemã ao final da I Guerra Mundial. Sendo assim, podemos constatar que a ideia da política como empresa ou empreendimento surge a partir de certos temas recorrentes no corpus weberiano. Primeiramente, a comparação da empresa econômica com a atividade política de angariar votos no contexto da política de massas, ou seja, em eleitorados já bastante ampliados, que não comportavam mais a “política dos notáveis”. Weber busca detectar na política o elemento de autonomia ou de livre iniciativa, formalmente existente no plano econômico no capitalismo moderno. Daí também vem sua

⁴ Na edição em inglês utilizada neste texto: *enterprise*. Todas as traduções do inglês no texto são minhas.

observação de que partidos políticos na competição de massa se baseiam no recrutamento formalmente livre de seus seguidores (Weber, 2013a, p. 127, 191).

O elemento da autonomia individual é fundamental também como componente de outra característica recorrente no pensamento do teórico, qual seja, a de que toda política é luta, é conflito. Weber realça o elemento de livre iniciativa por reter sempre a preocupação de manter um espaço de liberdade individual em meio ao avanço, que julgava irresistível, da burocracia. Sempre irritava-o, no contexto autoritário da Alemanha Imperial, quando colegas defendiam a expansão da influência da burocracia estatal sobre a indústria (Mommsen, 1990, p. 167).

A empresa privada certamente passa pelo mesmo processo inexorável de burocratização. Mas o empresário capitalista, ao reter a autonomia pelo menos formal da livre iniciativa, opera como um ponto de individualismo ainda não alcançado pela burocracia. Essa preferência weberiana surge por vezes mesmo na aridez da análise típico-ideal das categorias sociológicas da ação econômica, o capítulo 2 de *Economia e Sociedade*: “Dentre todos os tipos de rendas, são particularmente aquelas que derivam do lucro do negócio e o padrão da peça contratada ou rendas do trabalho livre as que têm um significado dinâmico, revolucionário para a vida econômica” (Weber, 2013b, p. 205). Nesse caso, rendas derivadas da atividade meramente especulativa, da extração de rendas fixas e escalas de trabalho predeterminadas são mais estáticas⁵.

Weber imagina que no campo da política um dinamismo similar pode ocorrer, com vistas a outros fins, relacionados à disputa por cargos e visões de mundo. “A burocratização de estruturas políticas e sociais levou Weber a dar uma grande ênfase ao papel do líder individual que se punha no topo de tais organizações” (Beetham, 1985, p. 57).

A diferença entre a empresa capitalista e a empresa ou empreendimento (*Betrieb*) político ocorre em dois níveis. Em primeiro lugar, o capitalista organiza sua ação em termos da calculabilidade do lucro e dos fatores de produção. Sua

⁵ Como também seria menos dinâmico o socialismo, em sua visão, pois ele apenas completaria o processo de burocratização eliminando a propriedade privada, mas mantendo os trabalhadores expropriados dos meios de produção (*op. cit.*: 139). Ver idem a interpretação de Mommsen (1974: 47-71).

racionalidade não se baseia na mera busca do lucro, que existiu em outras formas de capitalismo; o conceito de empreendimento de Weber enfatiza o fato de que o empreendimento econômico moderno está voltado para a contabilidade do capital. Essa contabilidade, aparentemente harmônica do ponto de vista dos diversos departamentos dentro de um empreendimento, pressupõe na verdade a ocorrência de "conflitos de interesses na barganha e competição e a resolução desses conflitos". De fato, a "contabilidade do capital na sua forma mais racional pressupõe a batalha do homem com o homem", já que o dinheiro é "primariamente uma arma nesse conflito, e preços são expressões do conflito, [sendo] instrumentos de cálculo apenas como quantificações estimadas das chances relativas nesse conflito de interesses" (Weber, 2013b, p. 92-93, 108).

O empresário político também calcula, não propriamente fatores de produção, mas votos seja na disputa eleitoral seja no campo das votações parlamentares. A calculabilidade crescente da vida social moderna também atinge a arena política. "A contagem efetiva e aproximada de votos simplesmente faz parte da essência inata tanto da moderna campanha eleitoral quanto da gestão parlamentar" (Weber, 2013a, p. 132). O empresário político também está imerso numa atividade inevitavelmente conflituosa, que implica liderar uma organização de homens contra outras organizações de homens. No caso da política eleitoral de massas, tais organizações são os partidos políticos. Assim, eleições também são uma arena de conflito, e o voto igualmente expressa estimativas de chances relativas de contendores em um conflito de interesses.

Em segundo lugar, a ação formalmente livre na arena capitalista não gera responsabilidades para além dela. A rigor, o tipo ideal da economia de mercado desenhada pelo autor em *Economia e Sociedade* estipula "o conflito essencialmente irrestrito entre grupos econômicos autônomos no mercado" (Mommsen, 1974, p. 66). As sociedades capitalistas não preenchem completamente essas condições na realidade, mas é certamente possível que a atividade econômica se dê sem referência a racionalidades substantivas de valor, como a justiça social ou a ética – ou seja, no vocabulário weberiano, que ela seja apenas "formalmente racional". Já na política a expectativa de Weber é de que o conflito político selecione líderes que se

responsabilizem por assuntos públicos e tomem decisões em relação a valores últimos, alguns dos quais são irreconciliáveis entre si.

O empreendedor político responsável por uma organização deve estar preparado para A) liderar cidadãos, B) entrar por completo na disputa eleitoral e passar pelos conflitos inerentes a ela, C) ter iniciativa própria de direção política, D) fazer escolhas paradoxais do ponto de vista ético, e E) estar preparado para o fato de que o conflito político, além de treiná-lo para a atividade política, alterará sua própria pessoa. A clássica palestra *A Política como Profissão e Vocação* detalha e sintetiza brilhantemente todos esses passos (Weber, 2013a, p. 389-463).

Neste artigo, meu foco será no liame que une os passos de A a C e como tais expectativas podem ser preenchidas por certo tipo de empresário político. Não tratarei dos dilemas éticos da atividade política, mas sim de como a emergência de assuntos públicos pode induzir que políticos construam um empreendimento político específico. O pensador alemão não tem muito a dizer, todavia, sobre a forma como emergem os assuntos públicos que são o veículo da luta política. Em que materiais a capacidade de direção política pode incidir?

Proponho aqui para o nosso caso que a metropolização altera e amplia o número desses assuntos nas cidades que são atingidas pela expansão urbana e seus efeitos colaterais. O modo de surgimento dos assuntos pode ser negativo e positivo. No primeiro caso, os eleitores e municípios consomem custos pelo fato de estarem em uma área conurbada e isso é percebido de alguma forma pelo empreendedor político. Na próxima seção indicarei sucintamente que os municípios em foco neste trabalho são os que apresentam em maior grau os problemas típicos desse tipo de processo urbano.

No modo positivo, podemos pensar em dois processos que chamam a atenção do empresário político metropolitano. O primeiro é quando ele age a partir da conexão com o governo estadual, que passa a priorizar essa disputa eleitoral municipal. O Quadro 1, na seção do artigo relativa aos dois empreendedores em tela, delinea as duas gestões estaduais pertinentes para os dois casos sob exame, os governos Garibaldi (1995-2002) e Wilma (2003-2010).

O segundo é a própria expansão econômica do município componente da metrópole, que realça a ampliação de sua importância fiscal. Apesar do município núcleo ter maior capacidade de auferir receita própria e não depender tanto de devoluções tributárias como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os municípios "periféricos" podem ser grandes o suficiente para balancear essa dependência. "Municípios de maior porte, em geral, têm atividade econômica mais intensa, o que lhes garante maior autonomia de base territorial, avaliada pela parcela de receita própria e de transferências que depende da atividade econômica em seu território" (Garson, 2009, p. 188). Em que pese toda a disparidade em relação a Natal, São Gonçalo e Parnamirim se enquadram nesse perfil, distanciando-se das cidades menores da metrópole.

Proponho igualmente que o empreendedor político metropolitano é alguém que percebe em alguma extensão a emergência desses assuntos e injeta dinamismo a uma competição política até então simples, através de sua liderança e ação políticas. A disputa político-eleitoral se diferencia após o sucesso desses atores, alinhando-se às expectativas weberianas de que a liderança política pode reter espaço próprio em meio ao tradicionalismo do passado, de um lado, e à pura marcha da burocratização rumo ao futuro, de outro. Na chave eleitoral, o tradicionalismo se verifica pela predominância de grupos familiares – ou de grupos que agem como eles – na política local, que reproduzem o seu poder em parte pelo hábito e por práticas reiteradamente aceitas pelos eleitores. Como personagem, o empreendedor político metropolitano desarticula tais grupos, complexificando os temas da competição.

O lugar de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante na RMN

A Região Metropolitana de Natal foi criada em 1997 por lei estadual com os seguintes municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim e Extremoz. Sua criação ocorreu, portanto, apenas nove anos depois da promulgação do atual texto constitucional, que atribuiu esse poder aos estados federados. Até 2008, quando ocorre um dos pleitos estudados neste artigo, mais 3 municípios foram adicionados: Monte Alegre, São José de Mipibu e Nísia Floresta.

Posteriormente foram incluídos Arez, Goianinha, Ielmo Marinho, Vera Cruz, Bom Jesus e Maxaranguape, perfazendo um total de 15 municípios hoje.

Apesar dessa data já distar no tempo, Natal foi descrita no fim da década seguinte por uma especialista como “uma metrópole em formação”, que consolida “sua posição macrocefálica diante da frágil e desarticulada rede urbana estadual”. Tal desarticulação, de resto, “aparece reproduzida na escala de organização da própria região metropolitana”. Essas observações sugerem razoável desigualdade e grande heterogeneidade sociológica no âmbito intrametropolitano, assim como nos entes municipais componentes (Clementino, 2009, p. 17).

A rigor, a heterogeneidade é gerada não apenas pela decisão política de adicionar municípios, já referida na introdução, como também por processos diferenciadores que ocorrem no campo societal e econômico, para além de decisões singulares do executivo e legislativo estaduais. A partir do uso da teoria dos lugares centrais, por exemplo, uma especialista pôde concluir que “os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante são os espaços de maior inter-relação com o pólo, fato evidenciado através da conurbação entre Parnamirim e Natal, bem como pelo transbordamento populacional do polo com São Gonçalo do Amarante” (Pessoa, 2015, p. 181).

Em linha de análise muito assemelhada, um trabalho na mesma coletânea do texto de Pessoa conceitua Parnamirim e São Gonçalo do Amarante como “municípios funcionalmente metropolitanos”, compondo a metrópole funcional, ao passo que os demais municípios comporiam a metrópole institucional (Duarte *et. al.*, 2015). Minha suposição analítica é que a assimetria territorial intrametropolitana possui também significado político, na medida em que ela é dotada de relevância por atores politicamente em disputa nas campanhas eleitorais. O sentido de valor dado a eles para as disputas municipais será diferente nos municípios funcionalmente metropolitanos, na comparação com os municípios institucionalmente metropolitanos.

O raciocínio exposto aqui também pode elucidar diferenças políticas entre municípios que estão na região metropolitana formal e seus congêneres que estão de fato conjugados numa dinâmica metropolitana real. A hipótese, não abordada neste trabalho, é de que as oportunidades para o empreendimento político weberiano serão

distintamente menores nos municípios apenas formalmente incluídos⁶. Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, por outro lado, preenchem os requisitos empíricos para serem o locus de disputas políticas que assimilam seu caráter crescentemente metropolitano.

A comparação, outrossim, é interessante em virtude da trajetória histórica similar das duas cidades. Embora Parnamirim seja há décadas a mais populosa das duas, a emancipação ocorreu no fim dos anos 1950 em ambas, de Natal para o caso parnamirino, e de Macaíba, para São Gonçalo. Por sinal, no primeiro censo demográfico a incluir as duas como entes emancipados (1960), a segunda era a mais populosa⁷. A história eleitoral começa no mesmo ano também, com a eleição popular de seus prefeitos após um breve interregno de prefeitos nomeados pelo governador Dinarte Mariz. Portanto, podemos dizer que a evolução eleitoral das duas cidades começa ainda em termos pré-metropolitanos em suas primeiras décadas, tomando a forma “metropolizada” nas últimas décadas – *grosso modo* dos anos 1990 para cá.

Os dois empreendedores e sua liderança

Nesta seção, enfrento o problema de como aplicar a teoria delineada na primeira seção a personagens multifacetados cujos contornos concretos podem pôr em dúvida sua designação como líderes “metropolitanos”. Seria, afinal, o personagem conceitual por demais distante da realidade? É possível, pois trato o empreendedor político metropolitano como um construto conceitual definido para clarificar nossa maneira de pensar certos elementos da realidade em tela; ou seja, ele é um tipo ideal. Nos termos de Weber no texto *A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Política Social*, a “substância desse construto tem o caráter de uma *utopia*

⁶ O conceito de empreendedor político utilizado aqui é diferente daquele empregado na literatura da ação coletiva. Nesta, o empreendedor soluciona a “latência”, ou seja, a incapacidade de um grande grupo de indivíduos se organizar para atingir objetivos comuns. No meu modelo teórico, marcadamente weberiano, o empresário político pode até operar dessa forma em alguns momentos, mas é na liderança e em seus efeitos eleitorais que estou interessado. Ver para uma comparação Olson (2018, p. 228-232) e Hardin (1982, p. 35-37).

⁷ No censo, S. Gonçalo apresenta 16 mil habitantes contra pouco menos de 9 mil em Parnamirim. Conferir o sítio <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes> para as informações detalhadas.

obtida pela acentuação teórica de certos elementos da realidade" (Weber, 2014, p. 124-125).

O tipo ideal é uma imagem mental internamente consistente, obtida a partir de um ponto de vista selecionado e unilateral. O teste da construção conceitual é se ela seleciona e expressa aspectos significativos da realidade, funcionando assim como auxílio à análise causal (Bruun, 2007, p. 208-215). O tipo ideal "não é uma descrição da realidade" e sim um guia para "a formulação de hipóteses" em meio a um mundo empírico inevitavelmente multifacetado (Weber, 2014, p. 125). Os dados biográficos a seguir foram tratados tendo em mente essa complexidade, que procura aproveitar todo o potencial heurístico da progressão conceitual típico-ideal.

Agnelo Alves e Jaime Calado Pereira dos Santos não nasceram nas cidades que terminaram por governar, nem foram criados nelas. Alves nasceu em Ceará-Mirim (RN) no ano de 1932 e sua família tem como bases originais a cidade de Angicos (RN). Por sua vez, Calado é de Campina Grande, Paraíba (PB), e cresceu em Lucrécia (RN). Em si, esse fato talvez não fosse especial na definição de empreendedor político metropolitano usada aqui. Minha abordagem admite em tese que tais personagens possam ser nativos dos municípios que desejam governar. Nos dois casos em tela, entretanto, a origem externa parece ser fundamental e uma conexão simbólica com as localidades precisou ser construída.

A primeira pergunta seria se ambos pertencem a famílias políticas. No caso de Calado, nascido em 1951, a conexão é ambígua. Apesar de ter dois irmãos na política, eles nunca se comportaram como grupo unificado. Ruy Pereira dos Santos era mais conhecido como Ruy Pereira e foi prefeito de Serra Negra do Norte (RN) e secretário de Educação do estado, função na qual faleceu em 2010 em um acidente de trânsito. Calado não usa o "Pereira dos Santos" quando se apresenta politicamente, o que também ocorre com Fernando Lucena Pereira dos Santos, vereador várias vezes em Natal. Calado nunca pertenceu ao Partido dos Trabalhadores (PT), a agremiação de seus irmãos pela maior parte de suas vidas políticas. Não há evidência, por fim, de que os três combinem estratégias a cada pleito. O dissenso certamente pode ocorrer em tais grupos, mas ele supõe algum momento prévio no qual a família operou como bloco, o que não ocorre com os três "Pereiras dos Santos".

Calado casou-se, entretanto, com Zenaide Maia, irmã de João Maia. Os dois são muito provavelmente parentes distantes do braço principal da família Maia, inaugurado politicamente pelo senhor Tarcísio Maia, deputado federal na República de 46 e posteriormente governador do estado⁸. João Maia foi eleito deputado federal em 2006, enquanto sua irmã obteve o mesmo cargo em 2014, no período em que seu marido já era prefeito de S. Gonçalo do Amarante⁹. Por essas razões, não é possível dizer que laços familiares tradicionais e regionais estão ausentes na sua atuação política; eles são de fato marcantes, apesar do discurso da origem humilde empregado com frequência pelo ator em tela. Para o prosseguimento dessa discussão, a passagem a seguir de Frances Hagopian merece ser citada na íntegra.

Elites políticas tradicionais se distinguem de “políticos profissionais” e outras elites políticas “modernas” ou “não tradicionais” e burocráticas por seu contexto familiar e a maneira pela qual exercem dominação - através de redes clientelistas altamente personalizadas, que são elas próprias baseadas com frequência na família (Hagopian, 1996, p. 18).

A pergunta que se põe é em que medida Jaime Calado, apesar da eventual ambiguidade em sua inserção no mundo político tradicional, desarticulou um elemento importante dessas elites políticas tradicionais a partir de 2004. Na próxima seção, detalharei o assunto a partir da análise dos pleitos pertinentes. A resposta inicial, no entanto, é afirmativa. Seu principal adversário foi a família Cavalcanti. Podemos dizer que os Cavalcantis se engajavam em *competição simples* com outros grupos tipicamente locais. As alianças e dissensos se davam em termos pessoais, envolvendo redes de clientela e laços afetivos. A partir de 2004, Calado iniciou uma desarticulação da força desse grupo político-familiar, processo que se completa com a eleição da pessoa que indicou para sucedê-lo em 2016.

Em relação à trajetória política de Calado, é marcante a ausência de passagens por cargos legislativos. Candidatou-se a deputado estadual em 1998 e a deputado

⁸ Não fiz nenhuma pesquisa genealógica para chegar a tal asserção. Emprego apenas o conhecimento do contexto regional e a proximidade geográfica. A cidade natal de Tarcísio Maia é Catolé do Rocha (PB), vizinha a Brejo do Cruz (PB), onde nasceram João Maia e Zenaide Maia. Os dois municípios, por sua vez, são próximos à região do Seridó, situada em sua maior parte no Rio Grande do Norte. Os dois irmãos de Brejo do Cruz, assim como o próprio Calado e o seu próprio irmão falecido, têm algum tipo de ligação com o Seridó potiguar, onde há igualmente outros Maias.

⁹ Naquele ano João Maia foi candidato a vice-governador, no que pode ser interpretado como uma “abertura da vaga” para sua parente.

federal em 2022, em ambas as ocasiões sem sucesso. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1981, ele ocupou cargos municipais em Natal nos anos 1980 e 1990 para além de sua trajetória profissional como médico sanitaria. A presidência do Iprevinat, o instituto de previdência de então na cidade, veio no governo de Garibaldi Alves Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no período de 1986-87. Na gestão seguinte, da prefeita Wilma (Maia) de Faria, ele foi nomeado para presidir o Frigonat, uma espécie de empresa pública com funções de abastecimento alimentar. Sua participação na área de habitação começa igualmente nos anos 1980, culminando na direção de cooperativas habitacionais e entrega de residências para cooperados até sua ascensão a prefeito.

Em 1992, tentou pela primeira vez ser prefeito de São Gonçalo sob a legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT), atingindo apenas o terceiro lugar. A aproximação com o município ocorreu na década anterior, quando Calado era funcionário da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e tratava da instalação de postos tubulares. Por sinal, o ponto de virada em sua trajetória pode ser identificado em sua ascensão a coordenador-geral da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no estado, um cargo federal que ocupou entre 1994 e 1996. A fundação tem entre suas atribuições promover o saneamento básico, inclusive distribuindo verbas para os municípios, o que dá a ela uma porta de entrada em todos os municípios. Como médico, o posto era ideal para Calado se projetar politicamente após o primeiro insucesso eleitoral em São Gonçalo do Amarante. O hiato de disputas municipais até 2004 sugere, todavia, que houve um processo prolongado de preparação para a primeira disputa de prefeito. Nesse ínterim, merece menção sua passagem pela presidência da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), no governo da senhora Wilma de Faria¹⁰

O material biográfico sobre Agnelo Alves tem maior amparo textual, em virtude especialmente de seu exercício profissional como jornalista. Utilizarei em particular o livro *Parnamirim e Eu*, publicado em 2009, como fonte dos recursos discursivos

¹⁰ As fontes para várias informações coligidas aqui são o sítio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (www.sedec.rn.gov.br), da qual Calado foi titular entre 2019 e 2024, e a edição de julho do jornal O Trabalhador, uma publicação pró-Calado sediada em Natal na ocasião. Discrepâncias nos dados foram sanadas pelo cruzamento de informações obtidas junto a diversas pessoas, a quem reconheço nos agradecimentos.

empregados pelo prefeito. À diferença de Calado, inexistiu ambiguidade no que toca ao pertencimento do jornalista em um grupo político-familiar. Os Alves já exerciam certa dominância na cidade de Angicos mesmo antes da geração do senhor Agnelo. Seu irmão, Aluizio Alves, projeta o poder familiar para o plano estadual, ao se tornar deputado federal, secretário estadual e governador do estado com a marcante vitória eleitoral de 1960. Ambos tiveram filhos e sobrinhos que se destacaram como detentores de postos eletivos.

A carreira política de Agnelo Alves se inicia, por sinal, no governo do irmão Aluizio, jornalista como ele. Ele foi designado para chefiar o Gabinete Civil e posteriormente presidiu na mesma gestão a Fundhap, a fundação responsável pelos projetos habitacionais do governo. Nas eleições de 1965, ele disputou com sucesso o posto de prefeito de Natal, no segundo pleito popular direto realizado na capital. O candidato a governador vitorioso nas mesmas eleições, Monsenhor Walfredo Gurgel, também era o nome apoiado por Aluizio Alves, configurando ampla vitória do grupo familiar na ocasião. Todavia, o mandato de Agnelo Alves foi interrompido em 1969 com a onda de cassações em seguida ao AI-5, que também retirou o mandato de deputado federal de seu irmão mais velho¹¹.

Após a cassação, Alves se concentrou na atividade de jornalista pelo restante do regime militar, entrando no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no governo Sarney. No banco, foi diretor de crédito e por fim seu presidente até 1990. A decisão de concorrer a prefeito de Parnamirim parece associada às derrotas familiares na capital do estado em 1988 e 1992. Vitoriosos no pleito de governador em 1994, os Alves se voltaram para a maior cidade da incipiente metrópole. No entanto, os depoimentos da política local sugerem uma atenção especial à cidade por parte do próprio Agnelo desde o início dos anos 1990, que não pode ser vista como mera execução dos ditames do núcleo familiar. Ele era o núcleo em ação, por assim dizer.

Assim como na São Gonçalo de 2004, a derrota por margem apertada para o ex-prefeito Raimundo Marciano em 1996 sinalizava demandas do eleitor que estavam sendo atendidas pela retórica do seu adversário. No entanto, já de posse do direito a

¹¹ Ironicamente, Aluizio Alves apoiou como governador o golpe militar de 1964 e a interrupção do mandato do primeiro prefeito eleito pelo voto popular, o senhor Djalma Maranhão.

tentar reeleição, Marciano ainda poderia impor nova derrota ao jornalista da família Alves ou tornar custoso o triunfo deste. O ponto de virada neste particular foi a ascensão de Agnelo Alves a senador. Primeiro suplente de Fernando Bezerra, eleito em 1998 pelo PMDB, Alves se tornou senador em meados de 1999 com a entrada de Bezerra no ministério do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por mais de um ano ele se apresentou como “o senador de Parnamirim”, reiterando o epíteto quando de sua posse como prefeito em janeiro de 2001 (Alves, 2009, p. 38). O posto eletivo federal se somou ao apoio governativo estadual, dando-lhe a devida saliência para a segunda disputa. Como sói acontecer, ele destinou recursos de emendas orçamentárias para várias obras viárias na cidade, convertendo o mandato parlamentar em um empreendimento político parnamirinoense.

Após dois anos de mandato, a retórica de Alves é permeada por referências ao papel de sua passagem pelo Senado, pela prefeitura de Natal e à relação requalificada de Parnamirim. Em sua mensagem à Câmara Municipal de fevereiro de 2003, intitulada “No rumo certo, Deus e o povo como colaboradores e testemunhas”, o desenvolvimento desta está inserido na relação com a capital estadual. A cidade está “no rumo da modernidade política e administrativa” e não é “mais subúrbio de Natal” e sim “a sala de entrada da Capital”. Já com alguns problemas de saúde, que irão vitimá-lo de modo final apenas em 2015, há várias referências religiosas em suas mensagens. Em todo caso, o fato de poder ser prefeito de uma cidade vizinha àquela que já tinha administrado aguçou a percepção de Alves sobre a junção real das duas.

No Quadro 1 faço uma comparação das características centrais dos dois empreendedores políticos metropolitanos, sumarizando alguns aspectos centrais de suas trajetórias antes da ascensão política nos dois municípios.

Quadro 1: Características centrais dos dois empreendedores políticos

Líder	Laço familiar	Conexão externa	Apoio estadual	Cargo federal anterior	Áreas prioritárias de política pública

Agnelo Alves	Claro	Natal	Governo Garibaldi	BNB, senador	Habitação, obras viárias
Jaime Calado	Ambíguo	Natal-Seridó	Governo Wilma	Coordenador da Funasa-RN	Saúde, habitação

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

A ascensão político-profissional de Jaime Calado implica uma trajetória que cruza os grupos ao longo do tempo. Tido como integrante do grupo de Garibaldi Alves Filho (PMDB) nos anos 1980, ele passa a compor a órbita dos Maias na década seguinte. Por sinal, sua candidatura a deputado estadual em 1998 se deu sob a legenda do Partido da Frente Liberal (PFL), que apresentou no mesmo ano a aspiração a governador do senador José Agripino Maia. Contribuía também para isso, presumivelmente, a dominação do PMDB gonçalense pelos Cavalcantis. Político de geração mais antiga, Agnelo Alves percorreu um trajeto unilinear pela maior parte de sua vida política, separando-se do núcleo da família Alves apenas quando o seu filho, já prefeito de Natal, assim o fez em 2002. Isso envolveu a migração de ambos para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a vitória da própria Wilma em 2002 no pleito para o governo do estado¹².

O fato de ter sido prefeito de Natal cria uma conexão externa mais clara que a de Calado com a cidade-polo da metrópole. A conjunção no tempo de seu mandato com o do seu filho no município do qual fora prefeito, a partir de 2002, é obviamente importante para o jornalista. Em suas palavras, “os natalenses fizeram Carlos Eduardo, meu filho, prefeito de Natal, cargo que me fora arrancado pela vaidade, a força e o arbítrio, a intriga política”. O destino dos dois está ligado: “fiz em Parnamirim o que a força telúrica e o arbítrio me impediram de fazer em Natal”. O

¹² O processo é descrito e analisado em Lacerda e Oliveira (2006). O avanço do PSB na conjunção Wilma-Carlos-Agnelo pode ser visto como um empreendimento político em nível estadual no sentido weberiano do termo. A governadora não chegou a conformar uma liderança “cesarista” no controverso sentido que Weber dá ao termo, mas ela pode ser descrita como uma personagem por vezes plebiscitária a partir da promoção de suas qualidades pessoais de “guerreira”. Cf. Eliaeson (2000) e França (2011). Ainda não existe até onde sei um estudo abrangente sobre Wilma (Maia) de Faria, incluindo seu governo.

tempo e o laço familiar forneceram a cura, no entanto, pois “Carlos Eduardo fez mais e melhor” (Alves, 2009, p. 19-20).

O empreendedor político metropolitano em sua forma típico-ideal é um ator moderno e dinâmico, cujo sucesso advém, em parte, de sua percepção sobre os problemas conjuntos da metrópole, em parte de sua liderança em si sobre outras pessoas. Os dois “empresários” analisados neste texto operam, entretanto, em uma dualidade entre o tradicional e o moderno¹³. A interação entre os empreendedores e as elites tradicionais pode ser vista nos termos de um hibridismo que altera os padrões da competição eleitoral. Os grupos tradicionais reagem ao empreendedor metropolitano alterando seu *modus operandi*; em certos casos são substituídos por outras elites. O empresário em tela, por sua vez, mimetiza em alguns aspectos o comportamento tradicional para manter seu próprio grupo, instaurando o recrutamento de familiares ou reforçando tais conexões. No caso de Calado em São Gonçalo do Amarante, isso se deu através do que podemos chamar de “conexão seridoense”, enquanto um membro da família Cavalcanti se alia ao PT no momento em que escrevo (2024). No caso de Alves e Parnamirim, houve o fortalecimento da ideia de pai e filho governando cidades contíguas, enquanto o grupo tradicional anterior era simplesmente destruído e substituído por outras elites locais que tinham de lidar com a nova competição criada.

Desta forma, os políticos Jaime Calado e Agnelo Alves, tal como discutidos neste texto, dificilmente se encaixam completamente na utopia conceitual weberiana. Seus grupos, por exemplo, em especial no caso do segundo, possuem elementos familiares tidos como tradicionais no contexto político potiguar. Mas é nessa distância em relação ao real que poderemos desvendar as implicações da transformação política provocada por sua liderança. A análise dos pleitos pode mostrar até que ponto a competição eleitoral se alterou por meio da ação dos dois líderes; a próxima seção fornece uma interpretação para a sequência eleitoral em tela.

Análise dos pleitos de prefeito de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante

¹³ Para um raciocínio similar, Cf. Hagopian (1996, p. 16-17).

Uma asserção central deste texto é que a liderança em tela tem efeitos causais, provocando alterações fundamentais na competição eleitoral. A análise a seguir procura substanciar o argumento com uma interpretação dos pleitos. As Tabelas 1 e 2 abaixo exibem as disputas eleitorais pertinentes para minha análise dos cenários parnamirinese e gonçalense. O critério de inclusão abarca quatro competições municipais: uma antes da ascensão dos respectivos empreendedores, as duas em que se dá sua ascensão, e a posterior em que se consolidam os efeitos eleitorais de sua liderança. Nesse prisma, a candidatura de Calado em 1992 pode ser interpretada como incipiente do ponto de vista da empresa política weberiana, não sendo tratada nesta seção.

Na Tabela 1, referente a Parnamirim, os dados sugerem que houve uma cooptação do grupo tradicional dos peemedebistas locais, liderado pelo ex-prefeito Flávio Martins. As disputas até 1996 seguiam um padrão “bipartidário” local, em que havia dois “lados” tradicionais em disputa. O lado contrário ao de Martins era o do ex-prefeito Raimundo Marciano, que concorreu em 1996 na legenda do Partido Progressista Brasileiro. É provável que tais clivagens tenham nascido ainda no regime militar. Em 1996 e 2000 Alves é o candidato do lado “bacurau”, o nome tradicional usado no interior potiguar para o lado do PMDB, passando a ser um aspirante do PSB apenas em 2004, já quando de sua reeleição. A derrota de 1996 ocorreu por margem estreita, mas o placar não necessariamente indicava uma eleição com sinal de mudança em 2000, ou algum placar alargado em favor de Alves. Afinal, Marciano desta feita poderia concorrer à reeleição, como eventualmente optou por fazer.

Tabela 1: Configuração da disputa eleitoral em Parnamirim

Ano da eleição	Nome, partido e votação do vencedor	Nome, partido e votação do 2º colocado	Votação somada dos demais competidores
1992	Flávio Martins PMDB 11.459 (48,6%)	Marciano Paizinho Partido Liberal (PL) 10.814 (45,9%)	1.305 (5,5%)

1996	Raimundo Marciano PPB 15.395 (45,5%)	Agnelo Alves PMDB 14.427 (42,6%)	4.013 (12%)
2000	Agnelo Alves PMDB 28.574 (61,1%)	Raimundo Marciano PFL 16.471 (35,2%)	1.746 (3,7%)
2004	Agnelo Alves PSB 43.400 (72,9%)	Raimundo Marciano PFL 9.686 (16,3%)	6.481 (10,8%)
2008	Maurício Marques PDT 35.661 (50,9%)	Gilson Moura PV 32.988 (47,1%)	1.355 (1,9%)

Fonte: TRE-RN, Oliveira e Andrade (2000, p. 183-184). A soma dos percentuais não resultará em 100% em algumas linhas pelo arredondamento para uma casa decimal apenas.

Chama a atenção na quarta linha da tabela a amplitude da vitória do “senador de Parnamirim”. Dada a virtual ausência de pesquisas de opinião confiáveis à época, não podemos ter certeza sobre o grau em que o prefeito Marciano era mal avaliado. A reeleição de Alves em 2004 é ainda mais acachapante, desarticulando em definitivo o lado tradicional da política local e a influência outrora pervasiva de Marciano. A eleição volta a ser bastante competitiva em 2008, quando o aspirante de Agnelo Alves, o vice-prefeito Maurício Marques, prevalece sobre um forte candidato do Partido Verde. A candidatura de Gilson Moura, porém, não possui os elementos tradicionais da política local, refletindo inclusive movimentos políticos que também ocorriam em Natal, que elegeu no mesmo ano a candidata do PV. As disputas seguintes se relacionam a dissensos e rearticulações dentro do grupo original de Alves e novos setores que vão surgindo nas adjacências desse empreendimento político. Marques, por sinal, foi reeleito e indicou com sucesso o vencedor de 2016, com quem viria a romper.

A Tabela 2 exhibe os dados relativos à terceira maior cidade da RMN. Tanto em 2004 como em 2008 Jaime Calado foi apoiado pela governadora Wilma de Faria (PSB)¹⁴. A família Cavalcanti, amplamente considerada tradicional na cidade e detendo postos de poder desde os anos 1960, foi a adversária direta nos dois primeiros pleitos disputados por Calado, voltando a lançar seu principal herdeiro na competição contra o aspirante apoiado pelo prefeito em 2016. Chama a atenção na tabela a margem extremamente apertada da vitória do grupo sobre Calado em 2004, mais estreita que a eleição congênere em Parnamirim – o pleito de 1996. O fato dos empreendedores chegarem tão perto da vitória no primeiro embate indica possivelmente um casamento entre demanda pelo novo e ofertas retóricas desses atores políticos.

Tabela 2: Configuração da disputa eleitoral em São Gonçalo do Amarante

Ano da eleição	Nome, partido e votação do vencedor	Nome, partido e votação do 2º colocado	Votação somada dos demais competidores
2000	Poti (Cavalcanti) Júnior PMDB 26.409 (77,8%)	Raimundo Mendes Alves PFL 7.547 (22,2%)	N/A
2004	Jarbas Cavalcanti PMDB 18.763 (42,5%)	Jaime Calado PL 18.625 (42,1%)	6.802 (15,4%)
2008	Jaime Calado Partido da República (PR) 27.113 (57,6%)	Jarbas Cavalcanti PMDB 18.909 (40,2%)	1.017 (2,1%)
2012	Jaime Calado PR 30.513 (61,9%)	Professora Tereza PSDC 13.771 (27,9%)	4.995 (10,1%)

¹⁴ Conferir declaração do próprio Calado no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=WVI66um3hT4&t=54s>, em entrevista de julho de 2010.

2016	Paulo Emídio PR 23.554 (46,4%)	Poti (Cavalcanti) Neto PMDB 21.334 (42%)	5.847 (11,5%)
------	--------------------------------------	---	---------------

Fonte: TRE-RN, 2024. A soma dos percentuais não resultará em 100% em algumas linhas pelo arredondamento para uma casa decimal.

Como se pode ver na quarta linha da tabela, a vitória de Calado é bastante expressiva em 2008, com uma vantagem superior a 17 pontos percentuais sobre o prefeito Cavalcanti. Assim como Alves, o médico derrotou um prefeito no cargo dotado de ligação direta com a tradição política da cidade. À diferença de Marciano, todavia, o grupo tradicional optou por não enfrentar como bloco Calado quando este concorreu à reeleição em 2012. Ele se dividiu entre o apoio ao próprio prefeito (o vice na ocasião foi Poti [Cavalcanti] Neto) e uma candidatura familiar que terminou não sendo competitiva. Isso abriu espaço para a ascensão ao segundo lugar da Professora Tereza, do Partido Social Democrata Cristão.

Por ocasião de sua sucessão, Calado apresentou o nome do secretário de Habitação e Regularização Fundiária, Paulo Emídio, apresentado na ocasião como “Paulinho da Habitação”¹⁵. É importante notar que o competidor Poti Neto, embora herdeiro do grupo Cavalcanti, já se apresenta nessa disputa em um cenário bem mais complexo do que o vivido por seus antecessores. Ele mesmo havia sido vice-prefeito, rompendo com Calado presumivelmente quando se verificou que não seria o indicado à sucessão. O PT também passa a ser um ator fundamental no município, em função de seu apoio ao triunfo de Paulo Emídio, que se deu por margem estreita. Emído volta a enfrentar com sucesso Poti Neto em 2020. Por sinal, no momento da escrita (2024), Poti Neto é novamente candidato a vice-prefeito na chapa do atual prefeito, o petista Eraldo Paiva. Os Cavalcantis, embora não totalmente desarticulados como o grupo de Marciano em Parnamirim, passam a ser peças em um cenário político mais metropolitano e dinâmico.

¹⁵ Paulo Emídio, falecido em 2022, era casado com Terezinha Maia, hoje deputada estadual. Ambos são da região do Seridó e foram eleitos para os postos de prefeito e vice-prefeito na cidade de São Fernando, reforçando o que chamo de “conexão seridoense” no empreendimento político de Jaime Calado (ver Quadro 1).

O discurso de “forasteiros” foi usado nas campanhas de Raimundo Marciano contra Agnelo Alves, assim como contra o grupo de Calado nas diversas eleições. Podemos deduzir com certa facilidade por que a retórica teve eficácia reduzida e temporária. As duas cidades, em parte por serem metropolitanas, recebem muitos “forasteiros”, que vão se convertendo com o tempo em eleitores. O próprio Marciano, apesar de já estar residindo em Parnamirim por décadas, nascera em Mossoró (RN) e chegou adulto à cidade onde se radicou e ascendeu politicamente. Em todo caso, essas barreiras da política local tiveram que ser rompidas por Calado e Alves através de conexões simbólicas com as respectivas cidades. Esta não foi uma operação política trivial, guardando íntima relação com a liderança política e o recrutamento de seguidores para um grupo razoavelmente consistente.

Os triunfos de Jaime Calado e Agnelo Alves em suas respectivas reeleições se deram por vantagens ainda mais amplas que as dos primeiros sucessos. Como diria Weber, “a *ultima ratio* de toda política partidária moderna é a cédula eleitoral”, o que indica eficaz recrutamento de seguidores, “usar o *número* deles para determinar a política”. O dinamismo da liderança nesse particular embute uma contagem moderna, o cômputo de votos, e sua ampliação reflete a concretização do empreendedor político (Weber, 2013a, p. 127).

Conclusão

O empreendedor político metropolitano é uma persona conceitual que ajuda a entender empresários políticos concretos. É pouco provável que os dois líderes tratados neste artigo tenham feito uma reflexão especificamente *metropolitana* antes de erguerem suas respectivas aspirações políticas nos municípios sob foco. Minha premissa aqui é de percepção intuitiva e relevância estadual. Sobre o primeiro ponto, o ator político observa os efeitos da crescente conurbação na vida das pessoas e desenha retóricas e ações para obter seus votos. A construção retórica não exige leituras prévias sobre o fenômeno urbano e uma formação acadêmica correspondente, embora não devamos descartar a possibilidade do surgimento de empreendedores similares na RMN e em outras regiões de posse desse tipo de conhecimento.

Por sua vez, a saliência estadual se dá, no plano formal, porque os constituintes decidiram deixar as prerrogativas de gestão metropolitana para os estados. Além disso, a região de Natal foi criada em seguida. No plano substantivo, certamente mais importante em face da baixa institucionalização formal da RMN, os pleitos de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim passam a ser objeto de atenção ampliada por parte de elites políticas estaduais. Eles têm implicações no nível propriamente estadual da política, deixando de ser pleitos locais nos quais elites estaduais apenas buscam somas de prefeitos e cabos eleitorais. Nesse quesito, a importância orçamentária e fiscal, fora do escopo deste artigo, entra em cena, assim como o aeroporto internacional localizado em S. Gonçalo.

Uma hipótese rival ao raciocínio deste texto é a hipótese nula. Nada teria mudado na dinâmica política desses municípios, a não ser pelos efeitos de sua urbanização e eleitorado maiores. Os líderes que ascenderam nos dois poderiam ter emergido de modo similar em municípios de qualquer tipo. Mera circulação de elites, portanto, reside na queda dos Cavalcantis e dos “Marcianos”. O artigo se abre, como cientificamente deve ser, a tal possibilidade de refutação empírica, reiterando porém que a comparação se revela frutífera desde já pela trajetória similar dos dois municípios e a convergência aproximada no tempo da liderança transformadora.

Linhas de pesquisa futuras devem, nesse sentido, indagar se a metrópole é politicamente especial, como argumento neste artigo. Isso envolve a análise de dados eleitorais municipais e trajetórias políticas no próprio município-núcleo (Natal em nosso caso, mas também outros núcleos metropolitanos) e em cidades não metropolitanas. A ideia de dinamismo político certamente não é uniforme e novos estudos podem esclarecer de que forma ele pode emergir em contextos municipais bastante heterogêneos.

Referências

- ALVES, Agnelo. Parnamirim e Eu. Natal: Ed. do Autor, 2009.
- ANDRADE, Ilza; CLEMENTINO, M. L. Descentralização e Impasses da Governança Metropolitana. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A.. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 239-258.
- ANDRADE, Ilza. Localismo e Geografia Social do Voto nas Áreas Intraurbanas da Região Metropolitana de Natal. *In*: CLEMENTINO, M. L.; FERREIRA, Angela, **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 384-411.
- AZEVEDO, Sergio; MARES GUIA, Virgínia. Federalismo, Atores e Arranjos Cooperativos nas Regiões Metropolitanas: possibilidades e limites para a inovação institucional. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A.. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 259-274.
- BEETHAM, David. **Max Weber and the Theory of Modern Politics**. Cambridge: Polity Press, 1985.
- BRUUN, H. H. **Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology**. Nova York: Routledge, 2007.
- CARVALHO, Nelson. Geografia Política das Eleições Congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.
- CARVALHO, Nelson. Geografia Política das Eleições Congressuais. *In*: AZEVEDO, Sergio; RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). **Cultura Política, Cidadania e Voto: desafios para a governança metropolitana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 389-412.
- CLEMENTINO, M. L. Apresentação. *In*: CLEMENTINO, M. L.; PESSOA, Zoraide (Orgs.). **Natal, uma metrópole em formação**. São Paulo: Educ, 2009. p. 9-19.
- CLEMENTINO, M. L.; ALMEIDA, Lindijane. Construção Técnico-Política de Governança Metropolitana. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, n. 33, p. 201-224, 2015.
- DUARTE, Marise; PESSOA, Zoraide; ALBUQUERQUE, Pedro; MELO, Matheus. Política Urbana na Região Metropolitana de Natal: o arcabouço normativo da metrópole funcional e institucional. *In*: CLEMENTINO, M. L.; FERREIRA, Angela (Eds.). **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 325-351.

- ELIAESON, Sven. Constitutional Caesarism: Weber's politics in their German context. *In: TURNER, S. (Ed.). The Cambridge Companion to Weber*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 131-148.
- FEIOCK, Richard. **Metropolitan Governance: conflict, competition, and cooperation**. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2004.
- FRANÇA, Fagner. Vida, Política e Mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria. *Cronos*, v. 12, n. 1, p. 131-147, 2011.
- GARSON, Sol. **Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- HAGOPIAN, Frances. **Traditional Politics and Regime Change in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HARDIN, Russell. **Collective Action**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- LACERDA, Alan. Ação Coletiva e Cooperação Intermunicipal em Duas Metrôpoles. *Caderno CRH*, v. 24, n. 61, p. 153-166, jan. 2011.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno. Patronagem e Formação de Coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. *Cronos*, v. 5/6, p. 273-287, 2006.
- MOMMSEN, Wolfgang. **The Age of Bureaucracy: perspectives on the political sociology of Max Weber**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- MOMMSEN, Wolfgang. **Max Weber and German Politics, 1890-1920**. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- OLIVEIRA, Bruno; ANDRADE, Ilza. **Dinâmica Eleitoral do Rio Grande do Norte (1960-1998)**. Natal: UFRN, Diário de Natal, Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas, 2000.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Coimbra: Almedina, 2018.
- PESSOA, Zoraide. Organização da Estrutura Social da Região Metropolitana de Natal: permanências e mudanças entre 2000 e 2010. *In: CLEMENTINO, M. L.; FERREIRA, Angela. Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 173-220.
- WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2013a.

WEBER, Max. **Economy and Society**: an outline of interpretive sociology (2 vols.). Editado por Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013b.

WEBER, Max. **Max Weber**: Collected Methodological Writings. Editado por Hans Henrik Bruun e Sam Whimster. Londres e Nova York: Routledge, 2014.

Recebido: 18 jul 2024
Aceito: 11 mar 2025